

Salomão propõe critérios na demarcação de área indígena

O deputado federal Salomão Cruz, após analisar a proposta de emenda a Constituição Federal apresentada no Congresso Nacional pelo deputado Nicias Ribeiro, propôs três mudanças básicas. Define o que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, garante a audiência dos estados onde as áreas a reservas se localizem e facilita a exploração dos recursos minerais, desde que com o prévio consentimento das comunidades indígenas.

A proposta nº 133 foi apresentada em 1992 e prevê mudanças no Artigo 231 da Constituição Federal, mas o seu trâmite foi lento, tendo sido agilizado somente agora, com o processo de revisão Constitucional, algumas emendas inclusive, com a aprovação garantida. Duas mudanças em relação ao Decreto 22 foram propostas por Nicias, a proibição de demarcar reservas em faixas de fronteira e ouvir o Congresso em duas etapas, a primeira quando a área é sugerida e depois para a aprovação.

Salomão não mexeu na primeira idéia de Nicias mas em relação a participação do Congresso, o deputado entende diferente e propõe que o processo seja todo conduzido pelo Executivo, com uma ressalva, que seja ouvido o contraditório, fato que hoje não ocorre.

O parlamentar roraimense esclarece que o Decreto Lei 22, que hoje regulamenta as demarcações não garante a audiência dos contraditórios, mas a correção dessa falha já foi anunciada pelo Ministro da Justiça, Nelson Jobim. O próprio Decreto Lei está sendo questio-



Salomão Cruz, deputado federal

nado na Justiça, por que não respeita o inciso V, do Artigo 5º da Constituição Federal. "De qualquer forma o direito será adquirido, o que podemos fazer é facilitar as coisas para quando os não índios envolvidos na questão tiverem oportunidade isso seja feito de forma clara," explicou.

Segundo o substitutivo de Salomão, são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, aquelas por eles habitadas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais

necessários ao seu bem-estar e as que sejam necessárias à sua reprodução física, cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Na demarcação destas terras, serão ouvidos todos os estados envolvidos.

Em outro ponto Salomão sugere que a exploração dos recursos naturais seja feita de forma que fique resguardada as condições ambientais e as culturas indígenas. A terceira mudança permite que as comunidades indígenas participem do processo e dos lucros obtidos com a exploração dos recursos hídricos e minerais.

PARABÓLICA

BOM DIA

Existe tramitando no Congresso Nacional mais de 40 Projetos de Lei criando Áreas de Livre Comércio nos diversos estados brasileiros. O jornal Folha de São Paulo divulgou semana passada, que a única coisa a tirar o aparente bom humor do presidente Fernando Henrique Cardoso era saber da existência dessas iniciativas no Parlamento. A nota do jornal paulista dizia que FHC não quer ouvir falar na criação da ALC e já tinha orientado sua liderança no Congresso para que deixasse o assunto na geladeira.

Por causa disso, é quase certo que a tentativa de criar a Área de Livre Comércio de Boa Vista está fadada a cair no esquecimento. Neste caso, restam duas alternativas: retomar a idéia do senador Romero Jucá, que fixa em Boa Vista o local da ALC-Pacaraima, ou buscar diálogo com os índios, para a implantação da ALC lá mesmo naquela cidade fronteira. Nos dois casos, restam grandes barreiras a ser vencidas mas é melhor que ficar como a moça velha da janela, vendo a banda passar.

MUNICÍPIO

Na primeira tentativa, o plebiscito disse não à transformação de Pacaraima em município. Os índios são a maioria da população de lá e continuam afirmando que querem negociar previamente com o governo antes da aceitar a emancipação. Depois vão dizer que são os padres os culpados.

CACIFE

** Alexandro Namem, da UFRR - irá a Corte dia 19 com tudo pago.*

** O mestre em antropologia é convidado da UnB para proferir palestra sobre suas pesquisas com grupos indígenas brasileiros.*

VERDE

Os militantes do Partido Verde estão articulando a candidatura do poeta Eliakin Rufino à prefeitura de Boa Vista. Em 1992, quase o poeta era lançado ao mesmo cargo, pelo PSDB. Terminou candidata a vereador.

EXIGÊNCIA

O governo do Amazonas tinha se vergado a exigência da FUNAI e decidira assinar um contrato com o Ministério da Justiça, repassando R\$ 3,5 milhões a ser aplicado na vigilância permanente da BR 174, no trecho da reserva Wamiri-Atroari. Era uma exigência prévia da FUNAI para autorizar o 6º BEC a iniciar o asfaltamento da estrada.

NOVAS

A Funai receberia agora pouco mais de um milhão de reais e o restante seria pago pelo governo amazonense ao longo dos próximos dez anos. O contrato com o Ministério da Justiça seria assinado esta semana. Acontece que na terça-feira passada, 5, os índios "se reuniram" e fizeram novas exigências para deixar as máquinas entrarem no trecho. Em Brasília essas "novas exigências" não eram conhecidas até ontem.

DEMORA

As informações sobre a questão da BR 174 foram dadas à PARABÓLICA, pelo deputado federal Salomão Cruz. Ele esteve ontem no Ministério da Justiça e saiu de lá irritado e com a nítida impressão de que nada será feito até que assuma o novo presidente da FUNAI, o ex-deputado Márcio Santili, que atualmente preside uma ONG de defesa dos povos indígenas. Dá para imaginar o que vem por aí?